



Pesquisa Qualitativa Crítica: conceitos básicos

Phil Francis Carspecken

RESUMO – Pesquisa Qualitativa Crítica: conceitos básicos. Este artigo revisa conceitos básicos associados à pesquisa qualitativa crítica. É explicada e ilustrada uma teoria do sentido embasada em pragmática comunicativa para orientar o pesquisador qualitativo crítico na reconstrução dos domínios e estruturas implícitos da ação significativa, incluindo a conversa dos participantes durante entrevistas. É apresentada uma teoria da identidade humana, diferenciando entre os componentes de identidade (eu, nós, mim e autonarrativa) e relacionando a declaração de identidade à teoria do sentido. O conceito de sistemas sociais também é explicado, porque muitas vezes a análise de sistemas é um aspecto importante da pesquisa qualitativa crítica, utilizada para captar e trazer à luz coisas como reprodução cultural, reprodução social, resistência e diferentes formas de mudança de sistema. Esses conceitos estão todos conectados em uma teoria social crítica integrada e devem ser usados de forma flexível e criativa pelo pesquisador qualitativo crítico quando delinear e conduzir a pesquisa.

Palavras-chave: **Pesquisa Qualitativa Crítica. Etnografia Crítica. Teoria Social. Teoria Metodológica. Teoria Crítica.**

ABSTRACT – Critical Qualitative Research: basic concepts. This article reviews basic concepts associated with critical qualitative research. A theory of meaning based on communicative pragmatics is explained and illustrated so as to guide the critical qualitative researcher in the reconstruction of the implicit domains and structures of meaningful action, including the talk that participants provide during interviews. A theory of human identity is presented, distinguishing between components of identity (I, we, me, and self-narrative) and relating the identity claim to the theory of meaning. The concept of social systems is also explained because system analysis is often an important feature of critical qualitative research, used to catch and bring to light such things as cultural reproduction, social reproduction, resistance and various forms of system change. These concepts are all connected within an integrated critical social theory and are meant to be used flexibly and creatively by the critical qualitative researcher when designing and conducting research.

Keywords: **Critical Qualitative Research. Critical Ethnography. Social Theory. Methodological Theory. Critical Theory.**

O objetivo deste artigo é oferecer um resumo sucinto de conceitos-chave utilizados em pesquisa qualitativa crítica. A pesquisa qualitativa crítica tem origem no trabalho de Paulo Freire (2000) e Paul Willis (1977), com seus aspectos teóricos expandidos por teóricos da educação como Michael Apple (1979, 1986) e Henry Giroux (1983). No caso de Freire, a pesquisa e a pedagogia foram combinadas para que a geração de conhecimento, a conscientização e a mobilização por mudança social se juntassem. A pesquisa participante, originada por Orlando Fals Borda, da mesma forma resultou em modos de combinação de pesquisa com ativismo social, enfatizando a liderança comunitária (e não do pesquisador) e relações igualitárias (Borda; Rahman, 1991). As etnografias críticas foram embasadas no clássico estudo de Willis *Learning to Labor*¹ (1977) e geralmente buscavam descrever processos sociais opressivos, na maioria das vezes em escolas, sem trabalhar diretamente com os participantes nem se engajar diretamente em esforços que contribuíssem para a mudança social além da publicação de seus resultados. Apesar das diferenças na prática, a pedagogia crítica, a pesquisa participante e a etnografia crítica compartilham extensivamente a teoria e a meta de relacionar a produção de conhecimento com esforços ativos para mudança política, econômica e social em larga escala.

A pesquisa qualitativa crítica originou-se de interseções entre essas tradições durante o fim da década de 1980 e de 1990. Diferencia-se da etnografia crítica e da pedagogia crítica apenas pelo fato de ter tentado formular uma teoria metodológica rigorosa e explícita, recorrendo à filosofia e teoria social para fazê-lo. Os aspectos epistemológicos e metodológicos apresentados na pesquisa por etnografia crítica, pedagogia crítica e pesquisa participante referem-se à maneira como conhecimento, poder, cultura, práticas sociais e identidade humana estão interconectados. O termo *conscientização* de Freire aborda a conexão interna entre epistemologia e teoria social por maneiras que distinguem a teoria crítica do conhecimento de todas as formas de empirismo, inclusive o positivismo. Temos uma marcante saída do empirismo e do positivismo tão logo compreendemos que o conhecimento social-científico não é apenas *sobre* fenômenos sociais, mas é em si mesmo um aspecto dos fenômenos sociais. Uma sólida teoria do conhecimento deve abandonar teorias representacionais, nas quais o conhecimento sempre é *sobre* alguma coisa que não é em si mesmo conhecimento. O conhecimento deve ser compreendido ontológica e socialmente. É simultaneamente acerca da realidade social e também uma forma de autoconhecimento e um aspecto da realidade social e identidade humana. Ademais, como um aspecto dos fenômenos sociais e autoconhecimento, o conhecimento irá, com mais frequência do que menos, ser distorcido; possuirá formas ideológicas que funcionarão para reproduzir relações de poder que não apenas inferiorizem grupos subordinados, mas também restrinjam e deformem autoentendimentos para limitar as oportunidades para as pessoas responderem a necessidades de dignidade, respeito e completo desenvolvimento.

O conhecimento social científico utiliza metodologias empíricas em suas formas dominantes, as formas que são produzidas por pesquisadores que recebem

as maiores subvenções e que também trabalham no setor privado para ajudar a delinear estruturas de gestão e organizacionais, além de informar estratégias de *marketing* e classificar e escolher jovens por meio de práticas de testagem alinhadas com divisões de classe. É um conhecimento distorcido com funções sociais. Porém, o conhecimento na cultura popular também possui distorções sistêmicas servindo a funções sociais. A pesquisa crítica deve se diferenciar da pesquisa social científica mais prevalente ao formular rigorosamente sua teoria de conhecimento e criticar rigorosamente as metodologias empíricas, positivistas e interpretativas/fenomenológicas. Essa é uma meta central para a pesquisa qualitativa crítica. Além disso, a pesquisa qualitativa crítica procura compreender a si mesma como uma prática que trabalha com pessoas para conscientizar criticamente, em vez de meramente descrever a realidade social. Um projeto de pesquisa qualitativa crítica tipicamente será um projeto em conscientização. Funcionará com pessoas para transformar maneiras implícitas do conhecer em formas explícitas e passíveis de julgamento de conhecimento discursivo. Contribuirá diretamente para a mudança social e, assim, não só ao informar decisões políticas.

O processo de chegar a compreender as distorções nas formas dominantes, tanto de conhecimento social-científico como popular, deve fazer uso de princípios epistemológicos que escapem totalmente dos modelos empíricos e positivistas. Esses princípios exigem uma compreensão do conhecer que inclui a conscientização como um processo epistemológico (em vez de meramente observar) e uma conexão interna profundamente entendida entre conhecer e atuar (conhecer como primeiro conhecer como atuar, em vez de perceber). A conscientização funciona em nível de *saber como*, o conhecimento implícito que os humanos aprendem quando socializados em culturas para que possam entrar em relações sociais, comunicarem-se com outros em sua cultura, assumirem e manterem identidades e coordenarem suas atividades com outras pessoas em relação ao mundo físico para responder às necessidades materiais básicas. No processo de conscientização, o *saber como* avança para formas explícitas de conhecimento discursivo, para que pressupostos implícitos, categorias conceituais, crenças e normas embutidas em práticas socialmente construídas, possam ser comunicativamente examinadas e julgadas.

Esse processo de conscientização, levando o conhecimento implícito para formas explícitas e passíveis de julgamento, exige mudanças em apego a identidades, porque formas de atuar e interagir em formações sociais estão ligadas a necessidades existenciais por terem identidades validadas. Conscientizar significa expandir e modificar autoentendimentos com formas que, inicialmente, podem ser sentidas como existencialmente ameaçadoras às pessoas que devem abandonar padrões profundamente enraizados de manutenção de segurança da identidade. Porém, ao mesmo tempo, a alteração no conhecimento de manutenção da identidade traz consigo liberdade e liberação, porque distorções no conhecimento implícito, socialmente construído, que está embutido em e mantém práticas sociais, usualmente estão ancoradas a formas fixas de identidade

humana: formas fixas de ser válido como homem, mulher, pessoa de cor, pessoa de uma determinada classe social.

Que tipo de teoria do conhecimento, então, pode captar estas conexões sutis entre conhecer, atuar, ser uma pessoa, práticas sociais e reflexão ou conscientização? Na tradição filosófica europeia temos importantes contribuições de Hegel e Marx. Pragmáticos norte-americanos como Dewey e George Herbert Mead também são importantes fontes para a teoria metodológica da pesquisa qualitativa crítica, pelo menos eu as delinherei aqui. De fato, existem similaridades importantes entre Marx e Dewey, ambos enormemente influenciados pela filosofia de Hegel (cf. Xie; Carspecken, 2009 para uma maior discussão sobre isso). Na teoria metodológica crítica qualitativa que resumo aqui, o movimento de formas instrumentais de pragmatismo filosófico que encontramos tanto em Marx como em Dewey, rumo ao pragmatismo comunicativo, é considerado como imensamente importante e útil. A teoria da ação comunicativa de Habermas (1984, 1987) e o trabalho de Brandom sobre *explicitatização* (Brandom, 1997) são os desenvolvimentos chave no avanço do pragmatismo instrumental para o comunicativo. A ideia básica associada ao pragmatismo comunicativo é que o tipo de *know-how* exigido para compreender como se comunicar com outras pessoas segue-se a e é distinto do tipo de *know-how* que concerne à ação instrumental.

A pesquisa qualitativa crítica é informada por uma teoria epistemológica e social que esclarece a relação entre produção de conhecimento, ação, identidade humana, poder, liberdade e mudança social. Assim, pode ser usada em todos os tipos de pesquisa social e não somente em pesquisa especificamente orientada para relações dominantes de poder e opressão. Muitos pesquisadores qualitativos, inclusive eu, se autoidentificam como pesquisadores críticos, mas existem significativas diferenças no modo como descrevemos nossa teoria e práticas. Os leitores deveriam, portanto, estar cientes desde o princípio do fato de que os conceitos-chave revisados neste artigo são os que eu mesmo utilizo, ensino e escrevo a respeito. Alguns diriam, consequentemente, que os conceitos aqui apresentados podem ser considerados como uma *versão* de pesquisa qualitativa crítica que difere de outras versões. Minha própria perspectiva sobre isso é um pouco diferente. A maior parte dos conceitos básicos explicados neste artigo é utilizada por outros pesquisadores qualitativos, autoidentificados como críticos ou não, mas articulados e explicados diferentemente do que será aqui encontrado. Minha definição a respeito da teoria metodológica crítica é que consiste em um esforço de trazer à luz e discutir rigorosamente conceitos básicos inevitáveis que *toda* pesquisa social deve, pelo menos, implicitamente empregar. A teoria metodológica crítica é um projeto continuado e falível para propiciar uma articulação mais clara e mais precisa desses conceitos básicos em uma teoria mais precisa que os liga. Não serve para ser uma teoria metodológica entre muitas que os pesquisadores podem escolher, por exemplo, em relação a suas perguntas de pesquisa. Em vez disso, serve para captar e teorizar bem as bases epistemológicas e socioteóricas para todas as formas de pesquisa humana:

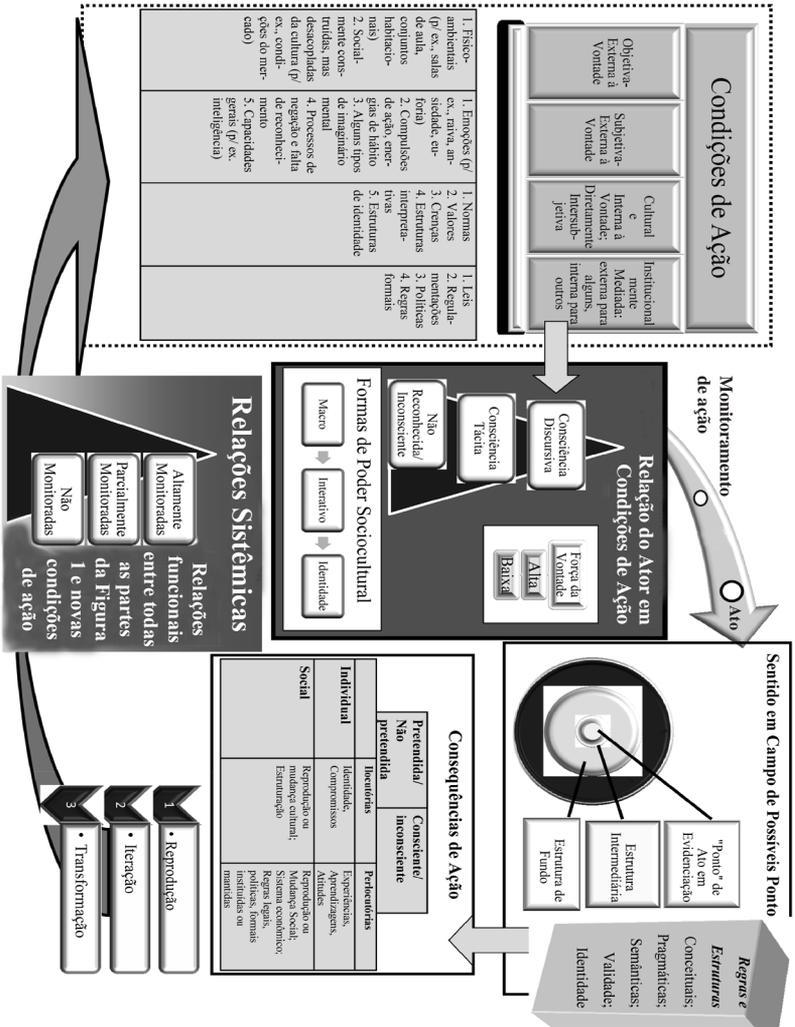
qualitativa e quantitativa; sociológica, antropológica e psicológica. Em seus próprios termos deve ser compreendida como falível e continuamente sujeita a revisões por meio do que é aprendido a partir de seu uso em pesquisa real. A teoria metodológica crítica é uma *metateoria*, porque apresenta formulações explícitas dos conceitos básicos trazidas em toda pesquisa social, mas como uma estrutura anterior sujeita ao círculo hermenêutico. As práticas de pesquisa que esta metateoria permite produzirão experiências e *insights* nos pesquisadores que retornam para refinar nossos entendimentos dos conceitos básicos.

Os conceitos básicos revisados neste artigo incluem um modelo geral relacionando condições de ação, consciência do ator sobre as condições, o sentido das ações, as consequências de ações e sistemas que vinculam consequências a novas condições de ações. Esse modelo pode ser virtualmente utilizado para qualquer delineamento de pesquisa em pesquisa social e psicológica. É muito útil ao formular perguntas de pesquisa e, em seguida, tomar decisões a respeito de amostragem e método. O artigo também faz uma revisão de teorias de significado, estrutura, poder e identidade humana.

O Grande Quadro

Os diversos componentes complexos dessa teoria metodológica podem ser representados em uma única figura que é apresentada a seguir:

Figura 1: Aspectos Gerais da Teoria Metodológica Crítica



Uma breve descrição por escrito da figura acima seria: estudos em ciências humanas terão *domínios de objeto*, coisas sobre as quais fazer sua pesquisa, que de alguma maneira retornarão aos itens exibidos na figura acima. Os fenômenos sociais podem ser compreendidos como ações humanas coordenadas, condições relacionadas à ação e coordenação de ação, quanto e que tipo de consciência os atores possuem acerca das condições nas quais atuam, como funciona a consciência em contextos de poder e força volitiva diferencial em relação a ações, o sentido de ações (ações significativas, ações comunicativas), as consequências de ações (incluindo experiências humanas) e a relação de consequências como novas condições de ação na constituição de um sistema social. Usualmente um delineamento de pesquisa enfocará relações entre apenas algumas dos componentes acima ou, no caso de uma etnografia descritiva, enfocará um único componente (como sentido). Mesmo a pesquisa psicológica pode ser relacionada a esse diagrama, porque em teoria crítica utilizamos uma teoria de pensamento e todas as formas de estados subjetivos de automonitoramento que envolve a internalização de ação comunicativa e outras formas de relações sociais.

Em um tipo clássico de etnografia crítica, como *Learning to Labor* de Willis (1977), as condições de ação incluem posição de classe (conceitualizada como externa à vontade de atores e objetivo), compromissos e temas relacionados à raça e gênero na cultura (conceitualizada como interna à vontade de atores), níveis de consciência de condições de ação de tácitos a baixos, sentidos que tematizam especialmente a afirmação de identidade e manutenção da identidade por meio da pragmática de interações de rotina (dar uma risada, zombando, brigando etc. no caso dos participantes de Willis) com consequências de ação que reproduzem o ambiente cultural (o domínio cultural de condições de ação) e que no fim reproduzem a estrutura de classe (o movimento da escola rumo a empregos da classe trabalhadora, no caso dos participantes de Willis). O estudo de Willis, *Learning to Labor*, pode ser considerado como o estudo inaugural para a etnografia crítica e a pesquisa qualitativa crítica; cada componente da Figura 1 é discutido e relacionado aos outros componentes no livro de Willis. Muitos outros tipos de pesquisa social enfocarão somente alguns componentes do diagrama acima, mas o que é focado sempre pode ser compreendido em termos dos contextos maiores nos quais está envolvido.

Conceitos Socioteóricos Básicos e sua Importância Metodológica

Nesta seção abordarei os princípios básicos da teoria social crítica da forma como ensino e escrevo sobre ela. A maioria destes princípios e conceitos está diretamente representada na Figura 1, porém alguns deles são implícitos ao que pode ser visto na figura. Organizarei a discussão na seguinte ordem: a) ação comunicativamente coordenada e cultura; b) estruturas comunicativas e sentido; c) identidade humana; d) condições de ação; e) poder e f) teoria dos sistemas.

A. ação comunicativamente coordenada e cultura

A sociedade humana está embasada em um princípio que não encontramos em nenhum outro lugar na natureza: comunicação. Embora existam espécies animais que desenvolveram sistemas comunicativos e coordenam ações entre membros por meio da intersubjetividade, os seres humanos possuem linguagens enormemente mais sofisticadas e são capazes de não apenas se comunicarem acerca de diferentes coisas por diversas razões, mas conseguem se comunicar sobre como estão se comunicando. As sociedades humanas envolvem formas de ação coordenada que são de natureza não-causal e que podem ser modificadas pelos próprios humanos por meio de discussões, em princípio. Relações de poder e ideologias, discutidas posteriormente neste artigo, bloqueiam as (em princípio) possíveis vias pelas quais as pessoas juntas coletivamente determinam as instituições sociais, leis, divisão do trabalho e assim por diante de maneiras comunicativamente racionais. Como as relações entre seres humanos não são causalmente determinadas, liberdade e autodeterminação e formação da vontade coletiva que responde aos interesses de *todas* as pessoas são potencialidades. Relações comunicativamente racionais, em oposição às relações causais, fornecem ao pesquisador crítico um padrão com o qual encontrar muitas formas diferentes de poder que restringem a potencialidade para a liberdade pessoal e coletiva.

Ações coordenadas são embasadas em normas, valores, pressupostos e crenças compartilhadas que são evidenciadas, negociadas e defendidas em interações diárias com outras pessoas. Usualmente as negociações do dia a dia a respeito de normas, valores e crenças ocorrem em níveis da superfície da cultura, sendo as crenças e normas, mais profundamente arraigadas, somente implícita ou tacitamente compreendidas por membros culturais tais que não são reconhecidas nem desafiadas tão frequentemente quanto os componentes da estrutura na superfície. Este aspecto em camadas da cultura será examinado um pouco mais adiante neste ensaio. Ações sociais humanas são coordenadas também por intermédio de relações de poder, mercados e leis formais, mas para compreender essas formas de coordenação devemos primeiro compreender a ação comunicativamente coordenada. Sem a ação social comunicativamente coordenada não haveria mercados, leis, regras formais, ideologias, forças policiais organizadas nem instituições penais. É por isso que é tão importante ter uma compreensão profunda da ação comunicativamente coordenada e suas estruturas.

A ação comunicativamente coordenada está embasada em relações entre sujeitos e não em relações entre objetos (e muito menos em relações entre um sujeito e um objeto) e, assim, a ação social coordenada não pode ser estudada nem explicada da mesma maneira que eventos coordenados de natureza física. Os sujeitos humanos consideram uns aos outros responsáveis e se responsabilizam pelo que fazem. Quando as pessoas discordam umas das outras se espera que forneçam as razões para suas discordâncias e escutem as razões contrárias. Muito

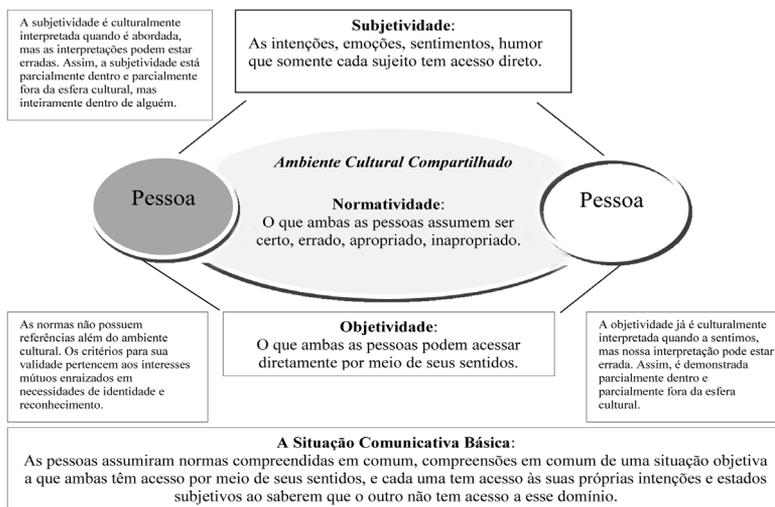
disso ocorre em níveis de superfície do ambiente cultural, que contêm camadas mais profundas de pressupostos e crenças que não são comumente questionadas ou nem mesmo notadas. Discordâncias e discussões simples na vida diária são resolvidas continuamente por meio de práticas comunicativas. Cada vez que ocorrem, os participantes necessariamente assumem que são fundamentalmente livres para concordar ou discordar uns dos outros e agirem de diferentes modos, sendo responsáveis pelas ações que realizam. Assim, uma maneira fundamental pela qual as ações são coordenadas socialmente é por meio de normas, valores e crenças compartilhadas que são mantidas por meio de práticas comunicativas básicas cotidianas. Normas, valores e crenças são inerentemente passíveis de julgamento. Concordâncias sobre elas exigem razões, em princípio. Na realidade, muitas normas e valores do dia a dia são racionalmente discutidos e julgados pelas pessoas, porém isso ocorre com frequência na superfície de uma estrutura profunda de normas e crenças mais fundamentais. Estas normas e crenças arraigadas muitas vezes escapam à consciência discursiva dos atores e podem ser, e usualmente são distorcidas, ideológicas, mas não compreendidas dessa maneira pelas pessoas que vivem e atuam por intermédio delas.

O termo *cultura* pode ser compreendido como o depósito historicamente cumulativo de conhecimento, crenças, valores, normas e estruturas de identidade de um grupo humano. Na cultura temos tanto formas objetivadas de conhecimento e produtos culturais objetificados como também uma vasta quantidade de conhecimento que continua implícito na forma de *saber como* para agir e interagir. A cultura é importante não só por ser o ambiente em que as pessoas se comunicam umas com as outras, mas por ser o ambiente em que as pessoas compreendem suas situações em geral, monitoram e explicam suas próprias ações (inclusive as não-comunicativas) e formam e mantêm suas identidades pessoais. A cultura é também o meio pelo qual as sociedades armazenam conhecimento e crenças em documentos e transmitem os resultados de processos de aprendizagem historicamente desenvolvidos para a próxima geração.

B. estruturas comunicativas e sentido

A situação comunicativa básica é aquela em que existem duas ou mais pessoas que compartilham o acesso à situação objetiva na qual se encontram, que também compartilham entendimentos de normas culturais e que possuem, cada uma, estados subjetivos e intenções aos quais somente elas mesmas têm acesso. Um aspecto singular da metodologia de pesquisa qualitativa crítica delineada neste artigo é sua teoria específica de processos e estruturas comunicativos. A Figura 2 oferece uma representação gráfica da situação comunicativa básica, conforme foi teorizada na teoria de ação comunicativa de Habermas e similarmente discutida por filósofos como Donald Davidson (cf. Davidson, 2001).

Figura 2:



Os três domínios distintos da situação comunicativa básica – objetividade, subjetividade e normatividade – estão relacionados a três tipos de afirmações de validade que se apresentam em cada um e em todos os atos imaginavelmente comunicativos. O sentido é constituído por um agrupamento de afirmações de validade que recaem em três tipos: objetivo, subjetivo e normativo. Compreender o sentido é compreender esse agrupamento de afirmações de validade. Mesmo atos de sentido não-linguísticos envolvem esses três tipos de afirmação de validade. Por exemplo, imagine que você e eu estamos assistindo juntos a uma palestra e o palestrante diz que a teoria da evolução deve estar errada porque, se estivesse certa, então nós, humanos, não seríamos nada mais do que *macacos avançados*. Nos EUA, já há algum tempo existem pessoas que fazem palestras como essa porque se opõem à teoria da evolução por razões religiosas. Imaginemos que você e eu estejamos nessa palestra e, depois que o palestrante faz esta afirmativa, você olha para mim e eu levanto minhas sobrancelhas e faço uma expressão facial que significa *Essa é uma afirmativa boba, ridícula*. Você balança a sua cabeça em concordância. Meu sentido não utilizou linguagem, mas para compreendê-lo você teria que captar um agrupamento de afirmações de validade incluído em cada categoria do normativo, do objetivo e do subjetivo. As afirmações subjetivas que eu estou fazendo incluem um sentimento como aversão que estou sentindo por alguém ter podido fazer uma afirmativa como essa. É subjetiva porque é um *sentimento* que estou tendo. Sendo *meu* sentimento não é algo a que você tenha acesso da maneira que eu tenho e, assim, é subjetivo porque estados subjetivos são estados a que somente uma pessoa possui acesso direto.

As afirmações objetivas transmitidas por minhas sobrancelhas levantadas incluem muitas coisas, porém uma delas seria a implicação de que existem evi-

dências objetivas para a teoria da evolução. Todo mundo, em princípio, poderia ter tido o mesmo tipo de acesso a esse tipo de evidência, como evidências fósseis e genéticas apoiando a teoria evolucionária. As afirmações objetivas se referem a fatos e eventos que podem ser acessados por todas as pessoas das mesmas maneiras. Normativamente eu, implicitamente, declaro que é adequado que eu aja dessa maneira para com você nessa hora. Existem muitas outras afirmações subjetivas, objetivas e normativas envolvidas em meu ato e, para compreender o sentido de meu ato, você e qualquer um que observe o ato teriam que captar essas afirmações, algumas das quais são mais implícitas do que outras, para compreender meu sentido pretendido. Para ser mais preciso aqui, quando as pessoas entendem o sentido a partir dos atos de outros elas entendem diversos possíveis agrupamentos de afirmações de validade incluídas em um campo ao qual podemos denominar de *campo do sentido*. Não temos certeza sobre qual agrupamento de afirmações o ator endossaria ou pretenderia com seu ato, mas a gama de possíveis sentidos é limitada. O sentido sempre é constituído por um agrupamento de afirmações de validade que se incluem nessas três categorias. Observe também que meu ato de piscar para você nesse contexto transmitiria uma afirmação relacionada ao tipo de pessoa que eu sou. Isso será denominado como a *afirmação de identidade* e será mais explicado posteriormente no artigo. Uma afirmação de identidade é uma quarta afirmação transmitida por atos significativos. A seguir também examinamos afirmações de valor em distinção a afirmações normativas.

Quando um ato significativo é dirigido de uma pessoa para outra pode ser compreendido ou mal compreendido. Se for mal compreendido, uma ou mais das afirmações feitas pelo ator seria mal compreendida. Por exemplo, você pode entender mal o levantar de minhas sobrancelhas, entendendo que eu *aprovo* o que a pessoa disse. Culturas diferentes atribuem diferentes sentidos ao levantar de sobrancelha, e mesmo dentro de uma cultura o ato de levantar de sobrancelha pode significar coisas diferentes, dependendo do contexto e dos relacionamentos passados entre as pessoas. Se um ato significativo for compreendido por outrem da maneira que o ator pretendia que fosse entendido, então o receptor do ato ainda pode discordar de qualquer uma das afirmações de validade transmitidas pelo ato. Você poderia compreender meu ato como eu pretendia que fosse compreendido, mas pense que não existe nenhuma evidência objetiva apoiando a teoria evolucionária. Ou você poderia compreender meu ato como eu pretendia que fosse compreendido, mas pense que é inadequado que eu me comunique com você dessa maneira nessa situação. Talvez você pensasse que eu estava *fingindo* me sentir desconfortável para deixar uma boa impressão em você a meu respeito, quando eu realmente estava sentindo outra coisa. Você poderia pensar que minha afirmação de ser sincero ao comunicar isso para você (outra afirmação subjetiva, ser sincero) não era verdadeira e eu realmente estava tentando enganar você de alguma maneira. Todas as afirmações de validade são *passíveis de julgamento*. Esse é um ponto enormemente importante, algo fundamental para a teoria crítica. Abaixo segue um resumo das afirmações de validade transmitidas como agrupamentos por todas as ações significativas,

tanto linguísticas como não-linguísticas:

Afirmações e pressupostos subjetivos pertencem às experiências que somente uma pessoa pode acessar diretamente. Todos os atos comunicativos levam consigo algumas afirmações e pressupostos subjetivos. Afirmações e pressupostos subjetivos podem ser explicitados com palavras e expressões como “Sinto isso e isso”, “você/ele/eles *sentem* isso e isso”, “eu/você/ela/*pretendem* isso e isso”.

Afirmações objetivas pertencem a aspectos do mundo físico a que todos os humanos têm acesso. Afirmações e pressupostos objetivos podem ser explicitados com palavras e expressões como “Há/havia/haverá um estado de coisas observáveis assim e assim”, “Quando x, y, z ocorrem então a, b, c resultam”, sendo as referências estruturadas por múltiplos acessos e localizadas em relações espaciais/temporais.

Normas sobre o que é certo, errado, adequado, inadequado e assim por diante são declaradas e pressupostas em todos os atos comunicativos. As afirmações normativas podem ser explicitadas com afirmativas usando palavras como “deveria”, “não deveria”, “dever”, “obrigação”, “proibição”, “certo”, “errado”, “responsabilidade” e outras.

Valores também são *muitas vezes* transmitidos em ações comunicativas como afirmações ou pressupostos. Os valores podem ser explicitados com palavras como “bom”, “ruim”, “importante”, “bonito”, “desejável” “significativo” e assim por diante. É discutível se as afirmações de valor *nem sempre* são um aspecto dos atos comunicativos, enquanto as normas, as afirmações objetivas e as afirmações subjetivas sim. Lembre que as afirmações normativas são afirmações sobre o que é certo, errado, apropriado e assim por diante. Cada ato de comunicação incluirá afirmações normativas, porque no mínimo deve existir uma afirmação de que a comunicação que está havendo, na hora e no contexto em que está ocorrendo, é apropriada. Cada ação de comunicação também deve usar linguagem ou outros sinais (gestos, expressões faciais etc.), o que somente transmite sentido porque são normatizadas – existe uma diversidade de maneiras corretas de usar a linguagem e outros sinais e uma diversidade de usos incorretos. Porém, afirmações de valor, afirmações a respeito do que é bom, ruim, bonito, valioso e assim por diante não são absolutamente necessárias pela comunicação. Muito frequentemente fazem parte de ações comunicativas e nos dizem muito sobre uma cultura e, portanto, são aqui apresentadas e aqui explicadas. Mas não são tão fundamentais quanto as afirmações normativas, subjetivas e objetivas.

Essas quatro categorias abrangem todos os tipos básicos de afirmação e pressupostos racionais que são transmitidos em atos comunicativos, embora eu vá acrescentar a *afirmação de identidade* um pouco adiante nesta seção. As três primeiras categorias são as que *sempre* encontraremos em todos os atos comunicativos. A quarta afirmação, afirmações de valor, é *usualmente* encontrada em atos comunicativos. Novamente, devemos esse *insight* a Jürgen Habermas (1984, 1987; mas também consulte Davidson, 2001). Afirmações e pressupostos estão incluídos nessas quatro categorias, mas, além disso, temos *crenças* e *teorias* ou *teorias implícitas* transmitidas por muitos atos comunicativos. Se um pai ou mãe disser a uma professora que ela deveria disciplinar rigidamente o filho na escola, porque de outra maneira a criança se tornará *mimada* ou até mesmo criminosa mais tarde, então toda uma teoria de desenvolvimento humano é declarada. Desvelar todos os pressupostos e afirmações de validade específicas

nessa teoria seria árduo e grande parte não seria completamente apreendido pelo pai ou mãe – seria uma teoria implícita com espaços não preenchidos. Existem muitas teorias implícitas transmitidas por ações significativas que um pesquisador desejará tornar explícita e examinar cuidadosamente.

Agora é hora de dar uma olhada em outro aspecto da conexão interna entre afirmações de validade e sentido. As afirmações de validade transmitidas por atos significativos são afirmadas ou presumidas em níveis diferentes; possuem locais diferentes em um contínuo de altamente evidente para profundamente firmadas em algo passado. Para introduzir essa ideia considere o seguinte ato significativo hipotético. Digamos que uma amiga chega à sua casa para trabalhar em um artigo em coautoria conosco, mas ela nos parece muito doente e então pedimos que se deite. Dizemos “Por favor, deite-se!” Observe que, se ela se deitar, então isso não foi causado, ela concordou em se deitar por razões que ela poderia apresentar se fosse perguntada. E observe que, se ela se negar, será devido a um aspecto de afirmativa de validade, discordando de uma das afirmativas que constituem o sentido do nosso ato. Ela poderia dizer, “Ah, não, não me sinto tão mal quanto parece” (nosso pressuposto de um estado do sujeito que ela tem é contraposto); ou “Não é adequado que você me peça para deitar, sou mulher e você é homem” (nosso pressuposto de que a sugestão que fizemos é normativamente adequada é contraposto); ou ela poderia dizer “Mas não tem nenhum lugar para deitar!” (nosso pressuposto de que existe uma situação objetiva que facilitaria que ela se deitasse é contraposto). Observe também se tivéssemos dito “Deite-se ou será punida”; ou “Deite-se; sou professor e você é estudante, então deve obedecer as minhas ordens”. Nesses casos o poder é somado à situação. Ela não é levada a se deitar, mas pode concordar em se deitar somente para evitar sanções negativas, e não porque realmente concorda com as afirmativas de validade transmitidas por nosso pedido.

Agora, nosso ato significativo, “Por favor, deite-se!”, que realizamos porque nossa amiga parece doente, transmite afirmativas de validade em diferentes níveis. O evidente é o que chamaríamos de ponto principal do ato; o sentido pretendido pelo ator (se a ouvinte entende mal é porque ela entende mal o sentido pretendido; ela captou a intenção errada). Um agrupamento de afirmativas de validade constitui o ponto de nosso ato: “Quero que você se deite” (subjutivo), “Me preocupo com você” (subjutivo), “Você *parece* doente” (objetivo devido ao *parece*), “Você está se sentindo doente” (subjutivo, porém, embora colocado no cenário, realmente está fora dele; *parecer* doente está mais em evidência).

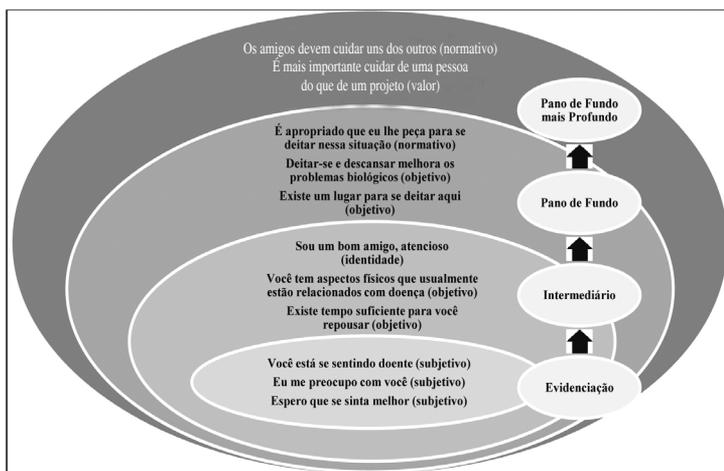
Existe um nível intermediário de afirmativas de validade que são pressupostas para que as afirmativas evidentes sejam compreensíveis. Uma maneira de chegar ao nível intermediário (e também níveis mais profundos) é imaginar objeções a afirmativas no cenário, e então as respostas que o ator original daria para defender essas afirmativas. Assim, as seguintes afirmativas entram em uma área intermediária do nosso *horizonte de validade* (Carspecken, 1996), como denominamos esse tipo de reconstrução: “Se uma pessoa parece doente, provavelmente ela está se sentindo doente” (relação entre estados objetivos e subjutivos: uma afirmativa relacional), “Sou um bom amigo/uma pessoa que cuida” (afirmativa de identidade), “Se estiver se sentindo doente, deitar-se

resultará em se sentir melhor” (afirmativa relacional de subjetivo-objetivo-subjetivo), “Temos tempo suficiente para você se deitar” (objetivo).

Existem dois outros níveis de afirmativa que podemos articular para esse ato hipotético. Juntamente com os já articulados como evidentes e intermediário, estão incluídos na Figura 3; um exemplo de um horizonte de validade. Observe que afirmativas de fundo geralmente envolverão princípios generalizados, teorias implícitas, pressupostos de visão de mundo e outras coisas que caracterizam toda uma cultura ou todo um discurso, um entre muitos, que podem ser encontrados em uma cultura como um todo. Um único ato significativo implicará em pressupostos e crenças embasados no passado, mas uma pesquisadora muitas vezes não conseguirá entender essas coisas até que tenha passado muito tempo com as pessoas que estuda. Terá que compreender muitos atos diversos transmitindo panos de fundo similares para ganhar alguma confiança em trazer à luz os pressupostos embasados no passado. Uma única evidência pode ser apoiada, em princípio, por diversos pressupostos e afirmativas mais fundamentadas, porém quando conseguimos conhecer bem nossos participantes e sua cultura conseguimos encontrar crenças específicas, embasadas no passado, implicitamente mantidas por nossos participantes.

A Figura 3 apresenta uma representação gráfica do horizonte de validade do ato significativo utilizado no exemplo acima.

Figura 3:



O Horizonte de Validade: O sentido é constituído por afirmativas de validade passíveis de julgamento que podem ser representadas em um contínuo do pano de fundo até a evidenciação. Na medida em que as afirmativas retrocedem da evidenciação é mais provável que se tornem pressupostos que são assumidos como garantidos e implicitamente captados. Porém, sempre podem ser explicitamente articulados com motivos a favor ou contra eles. Existem quatro tipos principais de afirmativa ou pressuposto com todos os atos de sentido: objetivo, subjetivo, normativo e identidade. As afirmativas de valor também podem estar envolvidas.

Observe que outro tipo de afirmativa está incluído nesse desenho, a afirmativa de identidade que já foi mencionada algumas vezes, mas não explicada. Atos significativos não conseguem evitar ter relevância para o tipo de pessoa que o ator afirma ser e o pesquisador qualitativo pode aprender muito com a reconstrução da variedade e tipos de afirmativas de identidade rotineiramente feitas pelas pessoas no seu estudo. Afirmativas de identidade são transmitidas por todos os atos significativos, mas em níveis diferentes de evidenciação ou pano de fundo. Nesse caso, a afirmativa de identidade parece estar em um nível intermediário, porque não é o ponto principal do ato, mas está fortemente implicada pelo ato em si. Durante uma entrevista para emprego uma candidata provavelmente muitas vezes irá evidenciar afirmativas de identidade, porque ela estará bem ciente de que as coisas que diz e as maneiras como as diz transmitirão uma impressão aos entrevistadores acerca do tipo de pessoa que é. Em conversas com amigos próximos as afirmativas de identidade muitas vezes estarão no pano de fundo e quase despercebidas. A natureza dessa afirmativa de identidade será discutida a seguir.

C. identidade humana

O estudo da identidade humana é muito popular em muitas formas de pesquisa social qualitativa, mas mais uma vez encontramos mais precisão e orientação teórica com a teoria social crítica. Uma das afirmativas passíveis de julgamento que acompanham atos significativos é a afirmativa de identidade. Em pesquisa qualitativa crítica, uma teoria de afirmativas de identidade usada se origina da filosofia de George Herbert Mead (1934), e recebeu maior refinamento e elaboração de parte de Habermas (especialmente 1987, cap. 5). Habermas não discute a identidade humana como uma *afirmativa* que é passível de julgamento como as outras afirmativas, mas isso é, no entanto, como deveria ser elaborada, como algo que acompanha ações e talvez não exista realmente além de ser afirmada em ação e pensamento. Um ponto popular feito em muito da literatura de ciências sociais atualmente é que o *self* humano não é unificado nem essencial, mas sim fragmentado e construído. Se entendermos o *self* como um processo envolvendo afirmativas, afirmativas existenciais, que se manifesta de diferentes maneiras e em diferentes domínios, mas sempre em relação a um público de determinado tipo (público concreto, abstrato, específico ou geral), então essa ideia de um *self* não-essencial e potencialmente fragmentado adquire mais precisão. Vamos examinar essa teoria do *self* a seguir.

As afirmativas de identidade podem ser examinadas tanto em um eixo temporal vertical como horizontal. Verticalmente os seres humanos afirmam identidades que são os produtos de suas histórias de vida, na forma de uma autonarrativa ou autobiografia. A mesma pessoa pode e contará histórias um pouco diferentes a respeito de sua vida, dependendo de quando a autonarrativa for contada e para quem e quanto dela for realmente contada. Implicitamente, as pessoas geralmente percebem os eventos da

vida diária como histórias *implícitas* em andamento sobre si mesmas. Poderia ser mais exato dizer que as pessoas integram a experiência de vida em relação a possibilidades implícitas para histórias de vida em articulação, seja parcial seja integralmente, se algum projeto precisar de uma história completa. A integração de experiência não se conforma a uma única linha de história, mas sim a estruturas implícitas a partir das quais uma diversidade de narrativas discursivas pode ser expressa. Wilhelm Dilthey foi um dos primeiros pensadores que observou que a história de vida ou autobiografia serve à função de síntese para experiências plenamente vividas, tomando as noções de unidade e síntese dos argumentos de Kant a respeito da unidade de experiência perceptual via o *eu* transcendental (Dilthey, 1991). Esse é um importante *insight*, mas histórias de vida totalmente discursivas não parecem ser as estruturas de sínteses, mas sim que as pessoas sintetizam, unificam as experiências de vida com estruturas implícitas, fornecendo uma diversidade de narrativas possíveis. Essa é uma razão para a inconsistência em afirmativas de identidade; quando são articuladas como histórias de vida, as histórias serão diferentes de época para época e de público para público. Ademais, raramente as pessoas articulam histórias de vida abrangentes – isso ocorre quando alguém escreve uma autobiografia, tenta contar sua história completa para um amigo íntimo ou mantém um diário, mas em outras circunstâncias as pessoas somente fornecem histórias de vida parciais quando necessário. Os humanos esperam uns dos outros conseguir fornecer autonarrativas como uma maneira de identificarem a si mesmos (explicar quem são) e também como uma maneira de justificar afirmativas de identidade horizontais discutidas a seguir. A pesquisa narrativa e a pesquisa por história de vida tornaram-se métodos populares em pesquisa qualitativa. As culturas oferecem uma variedade de formas narrativas para a produção das autonarrativas de alguém, inclusive de caráter, formas e roteiros típicos. Estes são influenciados, em sociedades contemporâneas, por filmes, romances e agora auto-histórias postadas na Internet em redes sociais como Facebook e outros espaços.

Horizontalmente, afirmativas de identidade são feitas a cada ato significativo. Cada ato afirma uma identidade para o ator em termos grosseiros a respeito do tipo de pessoa que ele é. Uma determinada maneira de dizer algo, por exemplo, pode indicar se a pessoa se identifica com uma área geográfica, ou se a pessoa afirma ser da classe com boa escolaridade em sua sociedade, ou se a pessoa afirma ser uma liderança que deveria ser levada a sério, ou uma pessoa razoável e flexível e muitas outras coisas. Uma afirmativa de identidade única desempenhada pode ser aberta para revelar sempre uma combinação de muitas categorias (idade, gênero, classe, raça etc.) e qualidades (confiante, competente, humilde, respeitosa etc.). Um pesquisador qualitativo pode elaborar e articular essas afirmativas de identidade *horizontais* além das estruturas culturais das quais elas dependem. Existem muitas estruturas nas culturas que fornecem *material* a partir do qual as identidades podem ser determinadas, afirmadas, construídas e avaliadas, tanto no sentido vertical como horizontal. Existem ideias culturalmente compartilhadas a respeito do que faz uma pessoa ser boa, má, inteligente, lerda etc.; a respeito de como as mulheres devem ou podem ser, como os homens devem ou podem ser, pessoas mais velhas, pessoas mais jovens, pessoas de determinada região ou classe social, de determinada região geográfica, de determinada facção política ou

religiosa e muitas outras coisas. Afirmativas de identidade são feitas e entendidas por intermédio de estruturas culturais que os atores compreendem holisticamente; cada afirmativa de identidade também é uma afirmativa acerca de que tipo de pessoa aquele ator *não* é e, portanto, toda uma estrutura delimitando possíveis maneiras de ser uma pessoa tem que ser entendida para compreender uma afirmativa de identidade singular. Essas afirmativas são desempenhadas e, assim, implicitamente compreendidas. São aspectos dos compromissos práticos que as pessoas firmam umas com as outras durante as interações. Por exemplo, se durante uma interação alguém nos diz “Terminarei o relatório para você até amanhã de manhã” isso será dito juntamente com uma afirmativa de identidade desempenhada, desempenhada por meio dos gestos e tom de voz empregados e outros aspectos paralinguísticos do ato, o que incluiria: “Sou uma pessoa confiável”. E, assim, uma das objeções que poderia ser feita às muitas afirmativas transmitidas por esse ato de fala poderia ser “Por que eu deveria confiar em você?”. Uma maneira comum pela qual uma pessoa pode garantir uma afirmativa de identidade desafiada é fornecer uma história de vida parcial; “Produzi relatórios durante a noite para muitas pessoas diferentes e nunca deixei de tê-los prontos até de manhã”. Finalmente, considero o caso de uma afirmativa de identidade horizontal explícita, discursivamente elaborada como “Sou competente, honesto, confiável e bem educado” (algo que poderia ser dito durante uma entrevista para emprego). Uma afirmativa de identidade horizontal completa ainda reside na pragmática e no desempenho do ato, mas em um caso como esse com reforço semântico. As palavras usadas poderiam ser ironicamente utilizadas para transmitir uma afirmativa de identidade oposta, o que significa que as afirmativas de identidade feitas como parte de atos significativos são fundamentalmente implícitas.

Em resumo, os humanos afirmam suas identidades performativamente em algum nível de embasamento no passado e evidenciação a cada ato significativo e afirmativas diferentemente em diferentes contextos, com pessoas diferentes e assim por diante. Além disso, os humanos possuem possíveis autonarrativas à mão por cujo intermédio integram suas experiências de vida. Todos os humanos, a menos que sejam incapacitados ou que sofram de alguma doença mental, podem fornecer uma história sobre si mesmos e, às vezes, em algumas situações, isso é o que é esperado. Assim como as culturas oferecem estruturas pelas quais as identidades são desempenhadas horizontalmente como afirmativas em atos significativos, as culturas fornecem formas narrativas para auto-histórias com personagens diferentes (herói, vítima etc.) em diferentes enredos padronizados. O relato real de uma autonarrativa irá criativamente fazer uso de formas narrativas culturais padronizadas, mas pode usar essas formas de maneiras inovadoras.

Sobre o “mim”

Esses aspectos da identidade humana pertencem à estrutura *mim* do *self*. O *mim* é nosso senso de *que tipo de pessoa* somos, e exige assumir a posição de outros em relação a nós mesmos. Os seres humanos internalizam as perspectivas dos outros, culturalmente geradas, ao adquirirem competências comunicativas, e

essa internalização também nos oferece uma compreensão de que tipo de pessoa nós mesmos somos. Uma vez internalizadas, essas *outras* posições são usadas por pessoas para se monitorarem quando atuam. Os humanos desejam e até mesmo precisam manter identidades sociais respeitadas e estáveis, construções de *mim* estáveis e válidas, e muitas de suas ações podem ser compreendidas em termos desse desejo e necessidade particularmente humanos. Além disso, quando as pessoas criticam umas às outras por violarem normas ou por se comportarem de alguma outra forma inadequada, essas críticas operam sobre a necessidade de identidade. Algumas vezes as pessoas concordarão que agiram mal, pedirão desculpas e modificarão suas atividades, porque desejam ser um *tipo de pessoa melhor* conforme seu próprio julgamento. Assim, o *mim* e o domínio específico das necessidades humanas associadas a ele (necessidades de reconhecimento pelos outros, por respeito, por dignidade) é uma grande aspecto de toda a vida social.

As pessoas monitoram suas próprias ações e adquirem, assim como mantêm, a parte *mim* de suas identidades ao assumirem a posição de outros sujeitos em relação a elas mesmas. Três outros conceitos nos ajudam a compreender isso. Um é o do *outro significativo*. Frequentemente os adultos possuem determinadas pessoas específicas em suas vidas cuja opinião importa muito para elas – muito mais do que a opinião de outras pessoas. Os outros significativos podem ser pais, amigos próximos, cônjuges, professores ou docentes inspiradores. Outro conceito é o que também adquirimos de George Herbert Mead: o *outro generalizado*. Uma posição de *outro generalizado* é uma abstração aprendida e internalizada por crianças ao crescerem e adquirida por adultos ao adentrarem em novas culturas ou subculturas. Inicialmente as crianças começam a desenvolver um *mim* somente por intermédio de outros significativos – usualmente seus pais. Porém, na medida em que crescem, aprendem a adotar a posição de um grupo inteiro em relação a elas mesmas – como a vizinhança encara certas ações e coisas, como as crianças na escola encaram determinadas coisas? Todos nós internalizamos outras posições generalizadas e monitoramos nossas próprias ações a partir dessas posições. Outro conceito ainda é aquele do *grupo de referência*. Como existem diversas outras posições generalizadas que todos nós internalizamos, os sociólogos podem especificar algumas delas como *grupos de referência*. As crianças na escola podem ser um grupo de referência para um estudante, mas, as pessoas de um bairro onde vive, outro. Algumas outras posições generalizadas, no entanto, não podem ser identificadas com grupos reais. Internalizamos outras posições a partir de filmes e televisão, literatura e outras fontes.

Sobre o “eu”

Aqui é onde o conceito de *eu* se torna importante. Nós, humanos, respondemos às nossas próprias formações *mim* quando, ao podermos nos julgar e julgarmos a nós mesmos, modificamos nossas ações à luz de nossos autojulgamentos, assumimos responsabilidade pelo que fazemos e não fazemos e podemos contar nossas histórias de vida criticamente, neutramente ou aprovadoramente, como se

fôssemos mais do que está representado nessas histórias. Como Habermas expressa lindamente, os humanos “são tanto autores como críticos de suas autonarrativas”. Ser um autor, crítico, sujeito responsável, autojulgar e assim por diante é possuir um *eu*. O que somos, como seres humanos, não é totalmente captado pelo *mim*. Todos nós afirmamos identidades *mim* levemente diferentes em diferentes contextos sociais e, na medida em que avançamos ao longo da vida, nossa identidade social pode mudar, às vezes até mesmo dramaticamente. Alguma coisa dentro de nós, assim falando, parece transcender essas mudanças, e alguma coisa de cada um de nós transcende nossas construções de *mim* para monitorá-las, autojulgá-las, ser responsável por elas e assim por diante. Finalmente, nossas próprias ações podem nos surpreender. Somos uma *fonte* de ação, porém as ações que advêm não estão estritamente programadas por uma identidade social. Podem ser espontâneas, surpreendentes, novas. Tudo isso requer o conceito do *eu*.

Por um lado, o *eu* é a fonte de nossa singularidade como indivíduos. Utilizamos a palavra *eu* para nos referirmos à fonte de nossas ações e à potencialidade que está ali, em todos nós, para novos tipos de ação. Todos nós possuímos potencialidade e singularidade que não estão totalmente representadas em um *mim*. Na medida em que avançamos na vida exploramos essa potencialidade que possuímos, que é desconhecida para nós. *Realizamos* nossas potencialidades se tivermos sorte no decorrer de um processo de aprendizagem e desenvolvimento ao longo da vida. Esse aspecto do *eu* está conectado ao processo humano de *autorrealização* que nos individualiza, traz à luz nossos feitos e realizações no trabalho e na vida social.

Por outro lado, o *eu* responde a nossas próprias ações e formações *mim*, assumindo responsabilidade por elas. Assume a posição de um *outro generalizado* para monitorar e julgar o *self*. Dessa maneira, o *eu* também é um *nós*. É o agente moral-prático que é capaz de atuar sobre regras generalizadas. Esse aspecto moral do *eu* é, em um sentido, o oposto de individualização. É a partir de uma posição *nós* que atua, de modo que prescreverá regras de ação para si mesma que se espera que *qualquer* pessoa siga na mesma situação. Ao atuar, fundamentalmente, a partir dessa posição fazemos a *coisa certa*, independente de como estamos nos sentindo ou desejando ou sentindo na hora, e independente de que atributos particulares temos em nossas afirmativas *mim* usuais. Esse *eu* é o princípio de *autonomia* no *self* humano. Também evolui com o tempo, porque temos que aprender a atuar autonomamente de acordo com princípios e regras morais generalizadas à medida que amadurecemos. Em vez de *autorrealização*, o desenvolvimento de maior consciência e autonomia moral (que, lembre, significa atuar mais a partir de uma posição *nós* do que da posição individualizada) é denominado *autodeterminação*. Autonomia e autodeterminação são possibilidades somente porque a identidade humana é estruturada socialmente e requer a posição *nós*.

Relevância para a Pesquisa Qualitativa

Essa teoria do *self* é muito importante para a pesquisa qualitativa crítica por diversos motivos. Primeiro, as culturas diferem em termos do material que

oferecem para formações de identidade humana, então descobrir e articular a diversidade de possíveis maneiras de ser uma pessoa, em uma cultura, é uma excelente e profunda maneira de se apropriar dela, compreendê-la e julgá-la. Por exemplo, em algumas culturas e subculturas existem apenas umas poucas maneiras pelas quais alguém pode ser um homem ou uma mulher adequada, em outras culturas e subculturas existem mais maneiras de atribuir o gênero à identidade de alguém. De fato, as culturas possuem diferentes *estruturas* (ver a seção seguinte) que os humanos aproveitam para elaborar suas afirmativas de identidade. Como já foi discutido, compreender as estruturas de identidade oferecidas por uma cultura nos dirá sobre as relações de poder naquela cultura.

Em segundo lugar, grande parte da ação social de rotina pode ser compreendida se a entendermos como preocupações de identidade dos atores. Manter uma identidade social válida é extremamente importante para a maioria das pessoas e elas agirão rotineiramente para manterem um sentido válido de si mesmas. Quanto mais uma pesquisadora qualitativa conseguir compreender as preocupações de identidade de seus participantes, mais ela entenderá muitas outras coisas acerca da cultura; que valores, normas e crenças estão disponíveis e em jogo. Os mesmos componentes culturais que são importantes para as identidades humanas aparecem em outros aspectos da cultura, como as crenças que disponibilizam sobre a natureza, sobre o que é uma boa vida, sobre religião, sobre a relação entre indivíduos e grupos e muito mais.

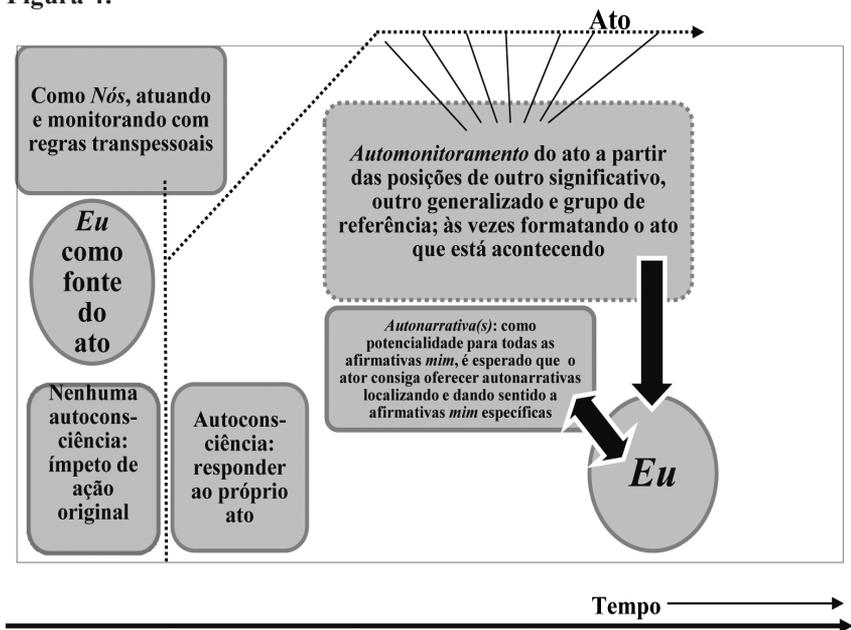
Em terceiro lugar, as culturas diferem em termos de quanta autorrealização e autodeterminação (ação moral autônoma) facilitam para seus membros. Algumas culturas são muito fechadas em termos de quais são as formas de autoexpressão consideradas aceitáveis para pessoas de status sociais específicos (restringindo a autorrealização) e isso estaria usualmente relacionado na medida em que essa cultura estimula ou desestimula a reflexão ao desafiar normas e crenças (restringindo a autodeterminação). O modo pelo qual essas restrições funcionam em culturas e ideologias é por unir certas normas e crenças a maneiras restritas de ser uma pessoa válida, de modo que desafiar a norma ou crença é automaticamente tornar-se, de certa forma, uma *pessoa má* aos olhos de outros membros da cultura.

Assim, certos tipos de *poder* só podem ser compreendidos ao se compreender essa teoria do *self*. Por exemplo, em uma cultura estritamente patriarcal que determina que as mulheres sejam inferiores aos homens e que, em resultado, não deveriam ter permissão de fazer certas coisas – como frequentar a escola – as necessidades de autorrealização das mulheres serão bloqueadas. A diversidade de formações *mim* disponíveis às mulheres será limitada. As mulheres que naturalmente experimentam desejo de se formarem ou alcançarem excelência no esporte ou terem uma vida política ativa encontrarão esses impulsos à autorrealização bloqueados. E se essas culturas tornarem normativamente *ruim* questionar essas crenças a respeito das mulheres, então elas usualmente terão rótulos *mim* para mulheres que questionam e desafiam crenças e normas patriarcais que forem negativas. Palavras como *cadela* são utilizadas em países de língua inglesa dessa maneira. Designam uma forma negativa de ser mulher. Se

as próprias mulheres internalizarem as outras posições generalizadas das quais provêm esses julgamentos, então experimentarão a opressão. Terão desejos e necessidades para autorrealizarem por meios que lhes dariam um *mim* negativo na cultura e, se elas mesmas acreditarem nas categorias *mim* negativas, então provavelmente reprimirão esses desejos e necessidades em seu detrimento.

A liberdade é experienciada ou negada em muitos níveis; oportunidades econômicas e políticas serão ou libertadoras ou opressivas ou algo intermediário, porém as oportunidades para a autorrealização e a autonomia também serão ou limitadas e opressivas ou libertadoras da mesma forma. Esse nível de liberdade é sutil, porque está diretamente conectado à formação de identidade humana e às necessidades de identidade que, em troca, exigem uma posição *nós* internalizada. Quando uma posição *nós* não é realmente *nós*, mas, na verdade, uma posição que privilegia um grupo em relação a outros, então a liberdade é bloqueada em um nível sutil, mas verdadeiramente importante. Por exemplo, em uma sociedade patriarcal, as mulheres são socializadas para assumirem uma posição *nós* a partir da qual é esperado que concordem que as mulheres deveriam se subordinar aos homens de diversos modos, e não fazê-lo significa ser uma pessoa má, uma mulher má. Porém, essa posição *nós* não é realmente uma posição *nós* verdadeira – que represente os interesses coletivos igualmente. Somente a reflexão e a crítica podem revelar posições *nós* que realmente estejam privilegiando alguns grupos em relação a outros. Na seção seguinte será dito mais a respeito de poder e liberdade.

Figura 4:



D. condições de ação

A teoria social de Anthony Giddens é útil para compreender os conceitos de condições de ação e consequências de ação (consulte Giddens 1979, 1984). Giddens foi inspirado por algumas formulações feitas por Marx, quanto ao fato de que os seres humanos fazem sua própria história, mas o fazem dentro de condições que não escolheram. Ou seja, os humanos agem livremente em âmbitos fundamentais, mas sempre dentro de circunstâncias complexas envolvendo fatores sociais, políticos e históricos. Agimos com motivos e, frequentemente, por motivos, o que se relaciona a nossa liberdade essencial como sujeitos humanos, mas muitas vezes estamos em circunstâncias, condições não-livres. Ademais, nunca estamos completamente cientes de todas as condições de relevância para nossas ações, e nossa liberdade também é limitada por esse fator; as formas e níveis de nossa consciência. Consciência de circunstâncias da vida, posicionamento social e político são, adicionalmente, muitas vezes distorcidos por meio de ideologias.

Ampliando, a partir de Giddens, é possível distinguir entre tipos de condições de ação. Algumas condições de ação são externas à nossa vontade no sentido de que não são diretamente constituídas comunicativa e intersubjetivamente, de modo que mudar a posição de alguém a seu respeito, com motivo, não modifica as condições em si. Por exemplo, se tivermos que tomar decisões econômicas durante uma época de inflação rampante, então a inflação é uma condição que nos confronta externamente e, embora nossas crenças *acerca da* inflação possam ser comunicativamente modificadas, por meio de raciocínio, a inflação em si não pode ser modificada dessa maneira. O mesmo é verdadeiro para estados subjetivos que experimentamos: se experimentarmos um forte estado de medo, então esse estado não é uma coisa que possamos mudar diretamente com motivos, embora nossos pensamentos *acerca* do medo possam ser modificados com raciocínio. No entanto, sempre existem muitas condições de ação que são puramente culturais e que imediatamente mudam se as razões que consideramos mudarem nosso endosso ou rejeição a elas. Estão incluídas normas, valores, crenças e estruturas de identidade. Denomino a esse tipo de condição *interna à vontade*, porque tão logo nossa posição racional sobre elas mudar, as próprias condições mudam. Aos outros tipos de condição denomino *externos à vontade*, porque são de natureza factual e não mudam diretamente quando nosso raciocínio a seu respeito mudar. Assim, temos quatro categorias principais de condições de ação:

a) Objetiva-externa: condições físicas que podem ser importantes, como se existem ou não suprimentos necessários em uma sala de aula, qual o grau de superlotação de uma sala, qual a quantia de dinheiro a que o ator tem acesso e muitas outras coisas; e condições socialmente construídas, como mercados de trabalho, mercados de consumidores, se uma pessoa possui ou não curso universitário e assim por diante.

b) Subjetiva-externa: são estados subjetivos que o ator tanto quanto outras pessoas estão experienciando na hora da ação, como se sentirem muito ansiosas, atraídas por

outra pessoa, irritadas por outra pessoa, raiva, euforia e assim por diante.

c) Cultural-interna: condições em que um ator pode, em princípio, se engajar diretamente por maneiras comunicativas como normas, valores, crenças e aspectos de identidade.

d) Institucionalmente mediada: são condições que são comunicativamente e racionalmente determinadas, mas apenas por um grupo de pessoas (legisladores, elaboradores de políticas etc.). Quando estiverem formuladas e forem postas em prática afetam todas as pessoas como externas à vontade – somente um processo institucionalmente formal ao qual diferentes grupos tiverem diferentes graus de acesso pode modificá-las.

Vamos nos certificar de que compreendemos a diferença entre externa e interna à vontade, do modo como estou usando essas expressões. Dado o *mesmo* ambiente físico, a situação de mercado socialmente construída ou o sentimento subjetivo, diferentes atores terão que lidar com as condições identificadas, mas podem agir *diferentemente* devido a suas crenças, valores, normas endossadas e aspectos de identidade. Se se sentirem muito ansiosos, por exemplo, alguns atores ocultarão seus sentimentos ansiosos dos outros, enquanto outros atores falarão sobre sentirem-se nervosos com os que estiverem ao seu redor; isso se deverá a diferentes aspectos de identidade que possuírem ou diferentes normas que endossarem. Dado o mesmo ambiente físico, situação econômica, estrutura de oportunidade de carreira etc., pessoas diferentes, novamente, agirão diferentemente, porque não compartilham dos mesmos valores, crenças etc. As quatro categorias de condições de ação são apresentadas no quadro abaixo:

Condições de Ação			
Objetiva; externa à vontade	Subjetiva; externa à vontade	Cultural e interna à vontade; diretamente intersubjetiva	Institucionalmente mediada; interna para alguns, externa para outros
1. Físico-ambiental (por exemplo, salas de aula, conjuntos habitacionais) 2. Socialmente construída, mas desvinculada da cultura (por exemplo, condições do mercado)	1. Emoções (por exemplo, raiva, ansiedade, euforia) 2. Compulsões de ação, energias de hábito 3. Alguns tipos de imaginário mental 4. Processos de negação e falta de reconhecimento 5. Capacidades gerais (por exemplo, inteligência)	1. Normas 2. Valores 3. Crenças 4. Modelos interpretativos 5. Estruturas de identidade	1. Leis 2. Regulamentações 3. Políticas 4. Regras formais

E. poder

Em nosso exemplo hipotético de querer que uma amiga se deite, que apresentei antes neste artigo, vimos que poderíamos *fazer* com que se deitasse ou poderíamos alcançar um acordo comunicativo com ela para que se deitasse por vontade própria. Entre esses dois extremos existem casos em que o poder pode ser usado

para fazer com que nossa amiga se deite. Se nossa amiga se recusasse a deitar por alguma razão, ao invés de discutir com ela essas razões, poderíamos usar o poder. Poderíamos ameaçá-la de algum modo. Poderíamos lhe dizer que, se não se deitar, usaremos caratê para derrubá-la. Se ela concordar em evitar ser machucada dessa maneira ela está usando sua liberdade de escolha, e sua ação não é causada por nossa ameaça, mas ela também não está concordando com as afirmativas de validade de nossa solicitação original. Isso é uso de poder de nossa parte.

O poder pode ser compreendido em termos da relação que um ator possui com condições de ação. As condições de ação podem ser pensadas como recursos e restrições à atuação. Ter muito dinheiro é uma condição de ação que oferece recursos, porém possuir muito pouco dinheiro é uma condição de ação que é uma restrição. Da mesma forma, sentir raiva quando alguém deseja causar uma impressão favorável sobre uma pessoa que valorize expressões calmas e contidas é uma restrição, mas sentir raiva quando alguém deseja assustar uma pessoa por algum motivo é um recurso. Esses tipos de condição transmitem formas de poder quando fundamentalmente restringem um ator, não ao oferecerem recursos. Os exemplos eram das categorias externa-objetiva e externa-subjetiva. As condições culturais de ação são diferentes porque, em princípio, podem ser diretamente alteradas por meios de dar e pedir motivos. Uma pessoa pode imediatamente parar de seguir uma norma depois de ouvir razões convincentes para fazê-lo ou pensar em razões convincentes para tanto. Uma pessoa não pode, em comparação, modificar diretamente as condições de ação que pertencem ao ambiente físico ou ao mercado, ou mesmo àquelas condições que pertencem a estados emocionais e padrões de hábitos por intermédio de processos comunicativos. E, assim, diferentes formas de poder estão associadas a condições culturais de ação. O poder que funciona por meio da cultura corresponderá ao que é denominado ideologia. A quarta categoria de condição de ação, condições institucionalmente mediadas como leis e regras formalizadas, é diretamente comunicativa para alguns grupos na sociedade – os legisladores, os elaboradores de políticas e assim por diante – mas não para muitos dos que devem seguir essas leis, políticas, regras formais e assim por diante. As condições de ação institucionalmente mediadas são formas de poder que variam de acordo com o quanto de acesso as pessoas têm aos processos de tomada de decisão que colocam essas condições em prática. Poder político é o nome dessa categoria.

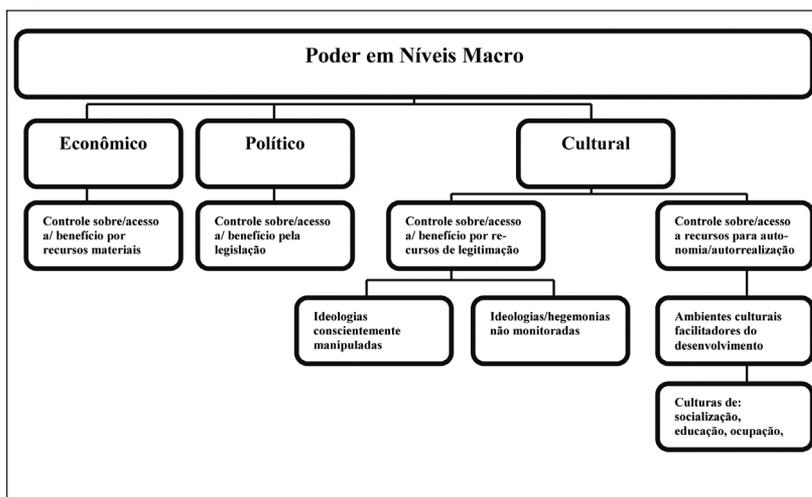
Para elaborar uma tipologia de formas socioculturais de poder consideremos primeiro o caso da coerção. O poder coercivo é o poder que funciona ao ameaçar as pessoas com sanções negativas se não se comprometerem a obedecer a uma ordem ou lei ou regra formal. O uso de uma arma, de coerção emocional, de poder econômico para privar uma pessoa de coisas que precisa se não se comprometer a obedecer ao que lhe é solicitado, tudo isso são exemplos de coerção. Também existem muitos casos de coerção institucionalmente legitimada em todas as sociedades humanas, quando uma pessoa pode não concordar com os motivos por trás de uma ordem ou lei, mas que a maior parte da sociedade concorda que ela e todos os demais em sua situação deveriam se comprometer. Forças policiais, legislação

penal e semelhantes são exemplos de coerção institucionalmente legitimada.

Porém, existem outras formas de poder que são mais sutis do que a coerção. Em nível macro, em muitas sociedades algumas classes de pessoas controlam os recursos materiais para uma extensão muito maior de outras classes de pessoas. Como resultado, têm mais poder e esse poder é denominado poder econômico. Em algumas sociedades, alguns grupos de pessoas são favorecidos por leis, enquanto outras pessoas sofrem desvantagens por elas. Por exemplo, na África do Sul, durante muitas décadas, o sistema de *apartheid* discriminou legalmente as pessoas negras e favoreceu as pessoas brancas. Nos EUA, antes de sua guerra civil, foram elaboradas leis que possibilitaram a existência da escravidão, e um escravo não tinha nenhum direito e era considerado, por lei, como propriedade de um senhor de escravos. Em muitas sociedades, durante muitos séculos, as leis favoreceram os homens e restringiram as mulheres. O poder político, como o poder econômico, é conceitualizado em nível macro.

A cultura e a ideologia de larga distribuição também, muitas vezes, restringem alguns grupos de pessoas enquanto favorecem outros e, quando examinamos isso a partir do nível de uma cultura como um todo, é uma forma de poder em nível macro à qual denominamos *poder cultural*. A ideologia do patriarcado é um exemplo. As crenças de que os homens são superiores às mulheres, de que as mulheres deveriam respeitar os homens, de que os maridos deveriam mandar na família e assim por diante permeiam as sociedades patriarcais para afetar muitas interações sociais. As ideologias são estruturas de crença que são largamente aceitas por uma sociedade ou um grupo de pessoas em uma sociedade, mas que, em geral, poderiam ser criticadas se seus pressupostos básicos fossem explicitados e abertos ao debate. As ideologias transmitem poder quando bloqueiam *internamente* a capacidade de as pessoas afetadas por elas criticarem aberta e livremente seus princípios e pressupostos. Por exemplo, os camponeses vivendo em períodos medievais da história eram explorados por proprietários de terra e a aristocracia. Porém, os camponeses eram ensinados que seu lugar na sociedade supostamente era o que era, porque era mandado pelos céus ou ditado por Deus. Eram ensinados que seria errado desafiar essa crença e, assim, somente um tipo de pessoa muito ruim (uma forma negativa de *mim*) a desafiaria. A consequência era que muitos camponeses aceitavam sua posição explorada como sendo seu lugar correto no cosmos. Isso é poder funcionando por meio de ideologia, porque a própria ideia de explicitar os pressupostos de um sistema de crenças para que pudessem ser fornecidas as razões a favor ou contra eles era proibido por uma norma unida a estruturas de identidade. Somente uma *pessoa ruim* faria tal coisa, e as pessoas precisam sentir que são pessoas válidas. É claro que muitas vezes as ideologias, o poder cultural é combinado com o poder político e econômico, de modo que aqueles que não aceitem um sistema legitimador de crenças usualmente ainda serão política e economicamente oprimidos por um grupo dominante.

Figura 5:

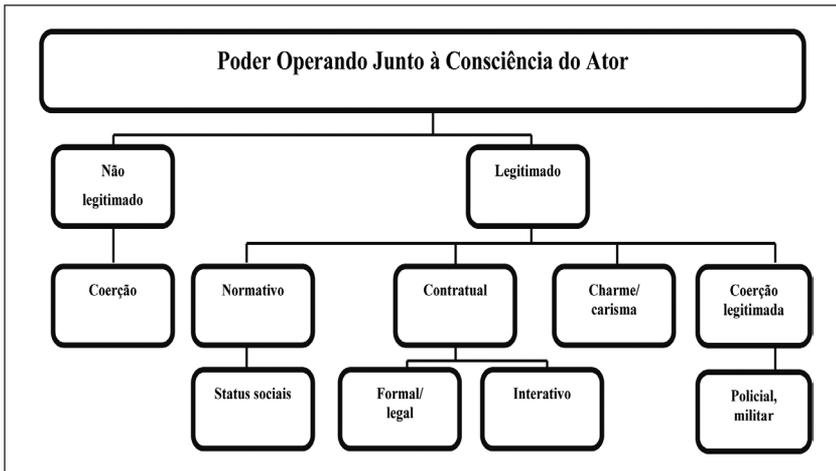


O pesquisador social qualitativo usualmente desejará compreender como as formas de poder funcionam, especificamente em interações reais que observa e de que possivelmente participa. Aqui é onde vemos formas macro de poder diretamente *evidenciadas* em micro-formas de ação e interação. Muitas dessas formas de poder parecem legítimas para as pessoas que são afetadas por elas. Muitas podem parecer legítimas somente porque funcionam como estruturas de superfície, implicando estruturas culturais profundas que não são reconhecidas por membros culturais, mas que são, em princípio, passíveis de julgamento. As formas interativas de poder assumem diversas formas principais: normativa (embasada em normas culturais pertencentes a diferenças de status), charme/carisma (embasada na personalidade de um líder que pode ganhar lealdade dos subordinados), contratual (seja via contratos formais por escrito entre pessoas ou acordos firmados interativamente para subordinar o *self* de alguém à autoridade de outrem em troca de bens ou favores concretos).

Em resumo, a teoria crítica da sociedade nos permite compreender o que distingue a organização social humana e os processos sociais de processos de natureza física por meio da compreensão da ação comunicativa e como pressupõe um sujeito livre que pode concordar ou discordar de outro sujeito, por alguma razão. Isso, em troca, nos permite compreender as formas culturais e ideológicas de poder que serão encontradas em todas as sociedades humanas, porque essas formas de poder funcionam pelo bloqueio dos atores para reconhecerem pressupostos, afirmativas e crenças implícitas, que eles realmente subscrevem em suas atividades, e até mesmo pensamentos diários, e também de julgar tais pressupostos e crenças quando são reconhecidos. Novamente, a maneira mais comum pela qual o poder ideológico bloqueia a possibilidade de julgamento é ao unir e fixar formas de identidade a certas normas e crenças, de modo que questionar as crenças é ser um tipo ruim de pessoa, de acordo com a cultura.

O poder político e econômico, por outro lado, funciona como restrição sobre a ação a partir de fora. Não pode ser alterado diretamente por meio de raciocínio e julgamento. Só pode ser modificado por processos institucionais que formulem leis e coloquem leis em vigor por meio de movimentos e revoluções sociais.

Figura 6:



F. teoria dos sistemas

Todas as ações possuem múltiplas consequências. Algumas consequências são pretendidas, outras não. Algumas consequências são de conhecimento do ator, outras não. As sociedades humanas devem ter relações estáveis entre as consequências agregadas de muitas ações realizadas por muitas pessoas e as condições de ação que dão origem a essas consequências. Essa relação entre grandes números de consequências de ação e condições de ação é denominada de sistema social. No marco teórico crítico, aqui descrito, é feita uma importante distinção entre cultura (que, lembre-se, tem estrutura) e sistema social. Como as ações sociais exigem cultura e possuem sentido pelo qual os atores serão capazes de fornecer os motivos por que o fazem, e como as ações sociais sempre terão consequências que incluem efeitos sobre novas condições para atuar, os pesquisadores sociais devem compreender tanto a cultura como o sistema, e distinguirem entre eles.

As relações entre consequências da ação e condições de ação assumem muitas formas diferentes. Em sociedades modernas a esfera de ação econômica *desacoplou*, como denomina Habermas (1987, Cap. 6), desde a esfera cultural e até mesmo a política como um todo. O sistema econômico relaciona as consequências de ação a novas condições de ação por meio de relações de mercado. Os preços dos produtos mudam continuamente como resultado de padrões agregados de compra, bem como

das decisões de produtores sobre quantos produtos devem produzir e que tipo de produtos produzir. Esse sistema de ação separou-se, em grande medida, da cultura, porque os atores em situação de mercado atuam de maneiras enormemente individualizadas, calculando que decisões econômicas atenderão melhor a seus interesses. Normas, valores e regras coletivamente decididas são removidas da situação em um grau considerável. As consequências agregadas de grandes quantidades de compra e venda de atividades por intermédio dos mercados possuem relações associadas a tendências no subsistema econômico. As tendências econômicas incluem expansões e contrações da economia, bem como períodos de estabilidade. Esse sistema complexo está relacionado a outros sistemas complexos de ação, como educação, e resulta em mudanças na cultura também. Para os indivíduos que atuam economicamente, as consequências da ação agregada que resultam não são as pretendidas, somente as consequências experimentadas individualmente o são. No entanto, os governos podem estudar padrões econômicos e, então, aprovar leis com a intenção de regular o sistema econômico.

Outros tipos de relação entre condições de ação e consequências de ação envolvem o domínio cultural, diretamente. Por exemplo, quando os professores ensinam aos estudantes, então as consequências de suas atividades de ensino possuem muitas funções para o sistema social. O conhecimento produzido por gerações passadas é transmitido, e a divisão de trabalho na sociedade é reproduzida para a próxima geração ao ensinar formas especiais de conhecimento a grupos diversos de estudantes, que trabalharão em diferentes campos em suas vidas adultas. Essas são consequências de ação pretendidas em um sistema.

Porém, existem muitas consequências de ação não pretendidas associadas aos sistemas educacionais de qualquer sociedade que também possui funções para sistemas. Por exemplo, muitos professores inconscientemente interagem com meninos de forma diferente do que com meninas. Alunos e alunas recebem implicitamente diferentes *mensagens*, dessa maneira, a respeito de que papéis deveriam assumir na sociedade. Ao desempenhar essas mensagens implícitas, meninos e meninas reproduzirão papéis de gênero tradicionais ou, se uma cultura estiver passando por um período de mudança, assumirão papéis de gênero novos, e não tradicionais. Como o comportamento em cada papel tem conexões com a divisão do trabalho no lar, bem como na esfera econômica remunerada, as mensagens implícitas ensinadas por professores têm funções para o sistema social como um todo. O currículo oculto nas escolas sutilmente socializa as crianças de forma diferente com base em classe, raça e gênero de um modo que possui funções para a divisão do trabalho e a distribuição de riqueza na sociedade como um todo.

Resumo e Conclusões

A pesquisa qualitativa crítica é realmente estimulante, política, significativa, expande a mente quando verdadeiramente praticada. Tanto as experiências de trabalho de campo como de análise de dados são ricamente significativas e trans-

formadoras. Este artigo, em comparação, sem dúvida parece mais árido. A teoria metodológica que apoia a pesquisa social crítica foi desenvolvida através de meios bem rigorosos e detalhados. Aprender sobre ela, especialmente quando é apresentada em uma revisão condensada como esta, certamente possui seus momentos áridos. Em muitos aspectos é bem parecido com aprender uma língua. Uma língua é bonita quando falada e usada para expressar descobertas e *insights*. Mas, aprender a gramática e a fonética de uma nova língua tem seus momentos tediosos. O pesquisador de pesquisa qualitativa crítica leva um conjunto de conceitos básicos e suas relações para o campo, e os utiliza criativamente, de modo que cada novo estudo é como uma nova obra de arte. Ademais, a arte, nesse caso, é uma coisa coletiva, compartilhada com os outros – os participantes – e envolve mudanças em ação, consciência e, desejamos sempre, sociedade. Peço desculpas aos leitores que acharam este texto sem graça nem inspiração. Acredite, fazer pesquisa social crítica é uma das coisas mais significativas que alguém pode experimentar. Para leitores que sejam novatos em pesquisa social crítica, sugiro utilizar a Figura 1, especificamente, ao planejarem um estudo inicial, e então irem direto a campo e retornarem à leitura da teoria metodológica durante noites e fins de semana, quando seu estudo estiver realmente em andamento. Aprender os conceitos e a teoria que revisei aqui acontece mais profundamente ao realmente tentar aplicá-la.

Recebido em março de 2011 e aprovado em junho de 2011.

Referências

- APPLE, Michael. **Teachers and Texts**. London: Routledge and Kegan Paul, 1986.
- APPLE, Michael. **Ideology and Curriculum**. London: Routledge and Kegan Paul, 1979.
- BORDA, Orlando Fals; RAHMAN, Muhammad Anisur. **Action and Knowledge; Breaking the Monopoly with Participatory Action Research**. New York: Apex Press, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BRANDOM, Robert. **Making it Explicit**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.
- BRANDOM, Robert. **Articulating Reasons**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.
- CARSPECKEN, Phil Francis. **Critical Ethnography in Educational Research: a theoretical and practical guide**. New York and London: Routledge, 1996.
- CARSPECKEN, Phil Francis. **Four Scenes for Posing the Question of Meaning, and Other Explorations in Critical Philosophy and Critical Methodology**. New York: Peter Lang, 1999.
- DAVIDSON, Donald. **Subjective, Objective, Intersubjective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

- DILTHEY, Wilhelm. **Selected Works Volume 1**: introduction to the human sciences. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogy of the Oppressed**. London: Continuum, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **Central Problems in Social Theory**. Berkeley: University of California Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GIROUX, Henry. **Theory and Resistance in Education**. London: Heinemann Educational Books, 1983.
- HABERMAS, Jurgen. **The Theory of Communicative Action**. v. 1. Boston: Beacon Press, 1984.
- HABERMAS, Jurgen. **The Theory of Communicative Action**. v. 2. Boston: Beacon Press, 1987.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Structural Anthropology**. v. 2. Chicago: Chicago University Press, 1983.
- MEAD, George Herbert. **Mind, Self and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Course in General Linguistics**. Books LLC, 2009.
- SCHUTZ, Alfred. **The Phenomenology of the Social World**. London: Heinemann, 1972.
- SEUNG, Thomas Kaehao. **Structuralism and Hermeneutics**. New York: Columbia University Press, 1982.
- SPRADLEY, James. **The Ethnographic Interview**. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1979.
- SPRADLEY, James. **Participant Observation**. Austin: Holt, Rinehart and Winston, 1980.
- WILLIS, Paul. **Learning to Labor**: how working class kids get working class jobs. London: Gower, 1977.
- XIE, Xuehui; CARSPECKEN, Phil Francis. **Philosophy, Learning and the Mathematics Curriculum**: dialectical materialism and pragmatism related to chinese and U.S. mathematics curriculum. Rotterdam: Sense Publications, 2009.

Phil Francis Carspecken é professor nas áreas de pesquisa qualitativa crítica, teoria social e filosofia na Indiana University, Estados Unidos. Publica artigos e livros sobre esses tópicos há mais de 15 anos.
E-mail: pcarspec@indiana.edu

Tradução: Ananyr Porto Fajardo
Revisão da Tradução: Luís Armando Gandin